

Souto diz que só deixará liderança se Collor quiser

Congresso

2* JUL 1991

ESTADO DE SÃO PAULO

2* JUL 1991

BRASÍLIA — O líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), viajou ontem para a Tunísia sem admitir que irá colocar seu cargo à disposição. Mas despediu-se dos funcionários de seu gabinete dizendo: "Na volta, poderei não ser mais líder". Alvo de críticas do ministro da Justiça e coordenador político do governo, Jarbas Passarinho, Souto insistiu que só uma decisão do presidente Fernando Collor poderá tirá-lo da liderança. "Se o governo mudar o líder cada vez que perder uma matéria no Congresso, onde não tem maioria, estaremos mal", afirmou.

O trabalho das lideranças do governo na Câmara foi criticado ontem pelo líder no Senado, Marco Maciel (PFL-PE). Enquanto Souto detém a palavra do governo nas negociações, o líder do bloco de partidos que apóia o governo, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), controla o maior número de votos dos aliados. "Na votação da Medida Provisória 296 (em que o governo foi derrotado), repetiu-se o habitual desencontro entre eles", disse Maciel.

CÂMARA

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), acha que melhorou muito o relacionamento entre o Legislativo e Executivo no primeiro semestre. "Ao moderar o uso de medidas provisórias, Collor deu uma contribuição positiva", afirmou. "Ele limitou o uso ao que é realmente urgente e relevante." No primeiro semestre só foram editadas quatro MPs, contra uma para cada dia útil do primeiro semestre do ano passado.

Ibsen também elogiou Collor por ter reconduzido Aristides Junqueira para mais um mandato de dois anos na Procuradoria-Geral da República. "Foi um gesto de reconhecimento e de sabedoria política", disse, lembrando que Junqueira se revelou "um severo fiscal da lei".

Balancão dos trabalhos

Esta é a lista dos mais importantes projetos debatidos no Congresso durante o primeiro semestre

O que foi aprovado

- **Lei eleitoral para 1992:** Reduz o horário gratuito para 80 minutos diários durante 45 dias.
- **Lei das Diretrizes Orçamentárias:** Define as normas do orçamento da União para 1992. Fixa prazo até agosto para que ele fique pronto e estabelece meta de superávit fiscal de 0,5% do PIB.
- **Leis de Custeio e Benefícios da Previdência:** Mudam as regras para o cálculo da aposentadoria. O menor vencimento dos aposentados passa a ser de um salário-mínimo.



O que ficou para votação no segundo semestre

- **Lei do Inquilinato:** Já aprovada na Câmara, traz de volta a denúncia vazia, que permite ao proprietário retomar o imóvel do inquilino sem a necessidade de justificativa.
- **Lei salarial:** O governo propõe uma política de reajustes com base na livre negociação, que encontra resistência na oposição. Há discordância também quanto ao valor do salário-mínimo: a Comissão de Trabalho da Câmara fixou-o em Cr\$ 47 mil, mas o governo quer limitá-lo a Cr\$ 20 mil.
- **Lei da informática:** Já aprovada pela Câmara, acaba com a reserva de mercado para a indústria brasileira do setor.
- **Lei de diretrizes e bases da educação:** A proposta do Executivo é criar o Sistema Nacional de Educação, pelo qual se pretende democratizar a formulação e o controle da política educacional.
- **Lei sobre a modernização dos portos:** O projeto do governo prevê o fim do monopólio dos sindicatos sobre as atividades portuárias. O lobby dos sindicatos procura manter a atual estrutura.
- **Código de Propriedade Industrial:** O governo pretende reconhecer as patentes da indústria farmacêutica e da química fina. E permitir o pagamento de transferência de tecnologia entre filial e matriz de um mesmo grupo multinacional, procedimento que hoje é proibido.

